

DESIGUALDADES DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RASEAM 2025

GENDER INEQUALITIES IN CONTEMPORARY BRAZIL: AN ANALYSIS BASED ON RASEAM 2025

DESIGUALDADES DE GÉNERO EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: UN ANÁLISIS A PARTIR DEL RASEAM 2025

Loide Andréa Salache¹
Poliana Fabíula Cardozo²
Juliane Sachser Angnes³
Cleverson Fernando Salache⁴

RESUMO: O presente artigo analisa a condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo a partir do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM 2025), compreendendo que a persistência de desigualdades de gênero evidencia a distância entre o reconhecimento formal de direitos e sua efetiva materialização na realidade social. A pesquisa justifica-se por sua relevância científica, política e social, uma vez que a leitura crítica do relatório permite compreender entraves à efetivação da cidadania, da justiça social, da democracia e do desenvolvimento sustentável para as mulheres brasileiras. O problema investigado consiste em examinar de que modo o RASEAM 2025, possibilita compreender a condição socioeconômica das mulheres no Brasil e em que medida os indicadores nele sistematizados evidenciam desigualdades de gênero persistentes. O objetivo geral é analisar essa condição socioeconômica a partir do relatório, identificando os efeitos dessas desigualdades sobre cidadania, democracia e justiça social. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com abordagem analítico-interpretativa, fundamentada na leitura integral e crítica do RASEAM 2025 e no diálogo com referenciais teóricos do campo dos estudos de gênero, da educação, dos direitos humanos e das políticas públicas. Os resultados evidenciam desigualdades estruturais no acesso ao trabalho, na renda, na proteção à vida e na participação política, demonstrando que a condição feminina permanece atravessada por assimetrias históricas e multidimensionais. Conclui-se que o RASEAM 2025, constitui documento estratégico para a produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido, além de oferecer subsídios relevantes à formulação de políticas públicas e ao impulsionamento de novas pesquisas sobre a temática, dada sua importância acadêmica e social.

Palavras-chave: Mulheres. Desigualdades de gênero. Condição socioeconômica. RASEAM 2025. Políticas públicas.

¹Doutora em Desenvolvimento Comunitário. Pós-Doutoranda em Educação (PPGE UNICENTRO) Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava, Paraná, Brasil.

²Doutora em Geografia. Pós-Doutora em Turismo. Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Guarapuava, Paraná, Brasil.

³Doutora em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR) Guarapuava, Paraná, Brasil.

⁴Doutorando em Educação (PPGE UNICENTRO) Mestre em Ciências Econômicas Universidade Federal do Paraná – UFPR.

ABSTRACT: This article analyzes the socioeconomic condition of women in contemporary Brazil based on the Annual Socioeconomic Report on Women (RASEAM 2025), understanding that the persistence of gender inequalities reveals the gap between the formal recognition of rights and their effective materialization in social reality. The research is justified by its scientific, political, and social relevance, since a critical reading of the report makes it possible to understand the obstacles to the realization of citizenship, social justice, democracy, and sustainable development for Brazilian women. The research problem consists of examining how RASEAM 2025, makes it possible to understand the socioeconomic condition of women in Brazil and to what extent the indicators systematized therein reveal persistent gender inequalities. The general objective is to analyze this socioeconomic condition based on the report, identifying the effects of such inequalities on citizenship, democracy, and social justice. Methodologically, this is a qualitative, bibliographic, and documentary study, using an analytical-interpretative approach grounded in a comprehensive and critical reading of RASEAM 2025, and in dialogue with theoretical frameworks from the fields of gender studies, education, human rights, and public policies. The results reveal structural inequalities in access to work, income, protection of life, and political participation, demonstrating that women's condition remains marked by historical and multidimensional asymmetries. It is concluded that RASEAM 2025, constitutes a strategic document for the production of critical and socially committed knowledge, while also providing relevant support for the formulation of public policies and for encouraging further research on the subject, given its academic and social importance.

Keywords: Women. Gender Inequalities. Socioeconomic Condition. RASEAM 2025. Public Policies.

2

RESUMEN: El presente artículo analiza la condición socioeconómica de las mujeres en el Brasil contemporáneo a partir del Informe Anual Socioeconómico de la Mujer (RASEAM 2025), partiendo de la comprensión de que la persistencia de las desigualdades de género pone de manifiesto la distancia entre el reconocimiento formal de los derechos y su efectiva materialización en la realidad social. La investigación se justifica por su relevancia científica, política y social, ya que la lectura crítica del informe permite comprender los obstáculos para la efectivización de la ciudadanía, la justicia social, la democracia y el desarrollo sostenible para las mujeres brasileñas. El problema investigado consiste en examinar de qué modo el RASEAM 2025, permite comprender la condición socioeconómica de las mujeres en Brasil y en qué medida los indicadores allí sistematizados evidencian desigualdades de género persistentes. El objetivo general es analizar dicha condición socioeconómica a partir del informe, identificando los efectos de tales desigualdades sobre la ciudadanía, la democracia y la justicia social. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica y documental, con enfoque analítico-interpretativo, fundamentada en la lectura integral y crítica del RASEAM 2025, y en el diálogo con marcos teóricos del campo de los estudios de género, la educación, los derechos humanos y las políticas públicas. Los resultados evidencian desigualdades estructurales en el acceso al trabajo, a los ingresos, a la protección de la vida y a la participación política, demostrando que la condición femenina permanece atravesada por asimetrías históricas y multidimensionales. Se concluye que el RASEAM 2025 constituye un documento estratégico para la producción de conocimiento crítico y socialmente comprometido, además de ofrecer aportes relevantes para la formulación de políticas públicas y para el impulso de nuevas investigaciones sobre la temática, dada su importancia académica y social.

Palabras clave: Mujeres. Desigualdades de género. Condición socioeconómica. RASEAM 2025. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo constitui tema de elevada relevância científica, política e social, sobretudo porque a persistência de desigualdades de gênero evidencia a distância ainda existente entre o reconhecimento formal de direitos e sua efetiva concretização na vida cotidiana. Em uma sociedade fundada em princípios democráticos, a igualdade de gênero não pode ser compreendida como pauta acessória, setorial ou contingente, mas como pressuposto estruturante da cidadania, da justiça social, do desenvolvimento econômico e social sustentável. Nessa direção, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM 2025), reafirma que a igualdade entre mulheres e homens constitui valor e objetivo necessário à consolidação da democracia e ao desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que apresenta um panorama abrangente da realidade das mulheres brasileiras a partir de 328 indicadores, organizados em sete eixos temáticos.

Mais do que simples compilação estatística, o RASEAM 2025, configura-se como documento estratégico de leitura crítica da realidade nacional, uma vez que sistematiza informações oriundas de diferentes bases oficiais e oferece subsídios para a compreensão das múltiplas formas pelas quais as desigualdades de gênero se manifestam e se reproduzem. O relatório contempla os seguintes eixos: estrutura demográfica; autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação para a igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; mulheres em espaços de poder e decisão; e comunicação, cultura e esporte/esportes, constituindo-se em referência pública para a formulação de políticas, para a produção de pesquisas acadêmicas e para o fortalecimento do debate social sobre a condição feminina no país. O próprio Observatório Brasil da Igualdade de Gênero explicita, entre os objetivos do RASEAM, a produção regular de análises sobre a situação socioeconômica das mulheres no Brasil e o subsídio a políticas públicas, pesquisas acadêmicas e demandas da sociedade civil.

A relevância do documento torna-se ainda mais expressiva quando se observam os dados nele reunidos. O RASEAM 2025, evidencia que a realidade das brasileiras permanece atravessada por assimetrias persistentes nas esferas do trabalho, da renda, da educação, da saúde, da participação política e do enfrentamento à violência. Ao reunir indicadores produzidos a partir de diferentes bases e ao explorar desigualdades por região, cor ou raça, faixa etária,

território, renda e deficiência, o relatório permite compreender que a condição feminina no Brasil não pode ser interpretada de forma homogênea, abstrata ou descontextualizada, mas exige leitura atenta às clivagens estruturais que aprofundam processos de vulnerabilização. Em razão disso, o RASEAM 2025, ultrapassa a função meramente informativa e assume valor analítico singular para investigações comprometidas com a compreensão das desigualdades de gênero em sua densidade histórica, social e institucional.

É nesse horizonte que se situa o presente artigo, decorrente de estudo realizado no âmbito pós-doutoral e desenvolvido pela pós-doutoranda Loide Andréa Salache, no período de 2025-2026, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (Ppge Unicentro), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Diversidade, sob supervisão da Professora Dr.^a Poliana Fabíula Cardozo, e vinculado ao Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (Pdpg) – Pós-Doutorado Estratégico, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A investigação parte da compreensão de que a educação constitui prática social historicamente situada e de que a produção do conhecimento deve orientar-se por compromisso ético com a dignidade humana, com a justiça social e com a transformação das condições de existência de sujeitos e grupos historicamente oprimidos, entre os quais se destacam as mulheres em suas múltiplas experiências de desigualdade, silenciamento e exclusão.

4

Sob essa ótica, a incorporação do RASEAM 2025 ao estudo pós-doutoral não se dá de modo periférico, mas estrutural. A escolha do documento como corpus de análise decorre de sua relação direta com o problema central da pesquisa, uma vez que ele fornece base empírica oficial, atualizada e nacionalmente abrangente para a compreensão das condições objetivas em que se materializam as desigualdades que afetam as mulheres brasileiras. Em outras palavras, analisar o RASEAM 2025, no interior desta investigação, significa mobilizar um instrumento público de alta relevância diagnóstica para examinar como a realidade socioeconômica das mulheres revela tensões entre normatividade jurídica, promessas democráticas e concretude social.

Outrossim, a importância do relatório RASEAM 2025, para a pesquisa pós-doutoral reside, precisamente, em sua capacidade de oferecer evidências empíricas consistentes, sistematizadas e institucionalmente referenciadas, aptas a promover o adensamento teórico-crítico do debate acerca de gênero, cidadania, educação, direitos humanos e políticas públicas. Com efeito, ao reunir um amplo conjunto de indicadores sobre a condição socioeconômica das mulheres no Brasil, o relatório possibilita que a análise científica ultrapasse formulações

meramente abstratas, genéricas ou desvinculadas da materialidade histórica, social e política, enraizando-se em dados objetivos que expressam, de modo concreto, as múltiplas desigualdades que atravessam a experiência feminina no país.

Nesse panorama, o documento (RASEAM 2025), constitui importante suporte analítico para a investigação pós-doutoral, na medida em que permite correlacionar referenciais teóricos críticos com evidências extraídas da realidade brasileira contemporânea, favorecendo uma leitura mais rigorosa, situada e socialmente comprometida sobre os entraves à efetivação da igualdade, da cidadania substantiva e da justiça social para as mulheres. Além disso, sua utilização no âmbito do pós-doutoramento reforça a dimensão pública e socialmente relevante da pesquisa, uma vez que possibilita interpretar os dados não apenas como expressão numérica de fenômenos sociais, mas como reveladores de processos estruturais de exclusão, subalternização e assimetria de poder, os quais demandam reflexão acadêmica aprofundada e respostas institucionais mais eficazes. Desse modo, o RASEAM 2025 não apenas subsidia a construção analítica da pesquisa, mas também amplia sua densidade epistemológica, sua pertinência social e sua capacidade de interlocução com agendas contemporâneas voltadas à transformação das condições de vida das mulheres brasileiras

Diante do exposto a questão de pesquisa que orienta este artigo pode ser assim formulada: de que modo o RASEAM 2025, permite compreender a condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo e em que medida os indicadores nele sistematizados evidenciam a persistência de desigualdades de gênero que tensionam a efetividade da cidadania, da justiça social e da democracia? A partir dessa indagação, delinea-se a problemática central do estudo: embora o Brasil disponha de importantes marcos normativos e institucionais voltados à promoção dos direitos das mulheres, à proteção contra a violência e à ampliação da participação feminina em diferentes esferas da vida social, permanecem estruturas desiguais que condicionam o acesso a oportunidades, recursos, reconhecimento e poder. O problema, portanto, não se reduz à ausência de direitos formalmente reconhecidos, mas se projeta sobre a insuficiência de sua materialização concreta, especialmente em contextos atravessados por desigualdades econômicas, raciais, territoriais e simbólicas.

A justificativa deste trabalho assenta-se na necessidade de produzir leitura crítica, sistemática e academicamente qualificada de um documento oficial que sintetiza, em escala nacional, aspectos centrais da vida das mulheres no Brasil. Sob o ponto de vista acadêmico, o estudo mostra-se relevante porque contribui para o fortalecimento de pesquisas

interdisciplinares no campo dos estudos de gênero, dos direitos humanos, da educação e das políticas públicas, tomando o RASEAM 2025, não apenas como fonte descritiva, mas como objeto de interpretação crítica. Sob a perspectiva social e institucional, a pesquisa mostra-se igualmente necessária porque pode ampliar a inteligibilidade pública sobre a persistência das desigualdades de gênero, oferecendo subsídios a gestoras e gestores, pesquisadoras e pesquisadores, movimentos sociais, organismos públicos e demais atores comprometidos com a superação de assimetrias historicamente sedimentadas. Além disso, o fato de o próprio RASEAM ter sido concebido para subsidiar políticas públicas, pesquisas acadêmicas e demandas da sociedade civil reforça a pertinência de sua análise em estudo com vocação crítica e propositiva.

No plano metodológico, o artigo vincula-se a uma abordagem qualitativa, de caráter documental, analítico e interpretativo. O RASEAM 2025 é tomado como fonte central de investigação, não para mera reprodução de seus dados, mas para interpretação de seus conteúdos, categorias, ênfases e indicadores à luz de uma leitura crítica da realidade brasileira contemporânea. A pesquisa parte do pressuposto de que documentos oficiais não são neutros nem autoexplicativos, ao contrário, constituem produções institucionais que, quando examinadas analiticamente, permitem apreender tanto evidências objetivas quanto racionalidades políticas, prioridades públicas e formas de nomeação das desigualdades. Assim, a metodologia qualitativa adotada busca compreender os sentidos, alcances e implicações do relatório no debate acadêmico e social sobre a condição das mulheres no Brasil.

6

Logo, o objetivo geral do artigo consiste em analisar a condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo a partir do RASEAM 2025, identificando como os indicadores sistematizados no relatório evidenciam desigualdades de gênero e seus efeitos sobre a cidadania, a democracia e a justiça social. Em consonância com esse propósito, os objetivos específicos, formulados de modo claro, alcançável e avaliável no âmbito do estudo, são examinar a estrutura temática e analítica do RASEAM 2025, identificar, no interior do relatório, os indicadores mais expressivos para a compreensão das desigualdades que incidem sobre as mulheres brasileiras; interpretar criticamente os dados relativos a trabalho, renda, educação, saúde, violência e participação em espaços de poder e decisão, evidenciar a contribuição do documento para a produção acadêmica e para o debate público sobre direitos, cidadania e formulação de políticas públicas, e estimular novas agendas de investigação que tomem a

realidade socioeconômica das mulheres como objeto prioritário de reflexão científica e intervenção social.

Ademais, a contribuição deste estudo, portanto, não se limita ao exame de um relatório oficial, mas se projeta sobre um campo mais amplo de produção de conhecimento e de incidência social. Na academia, pretende-se contribuir para o aprofundamento de reflexões sobre a condição das mulheres no Brasil contemporâneo, articulando evidências empíricas, leitura crítica e compromisso interdisciplinar. Para além dela, espera-se que a pesquisa favoreça a circulação socialmente qualificada de informações e interpretações sobre desigualdades de gênero, fortalecendo debates públicos comprometidos com a dignidade humana, a cidadania e a transformação social.

Em vista disso, o presente estudo não se apresenta como formulação conclusiva, nem como esforço analítico exauriente em si mesmo. Sem pretender circunscrever-se aos contornos de sua própria análise, projeta-se como aporte inicial ao adensamento de novas agendas de pesquisa, à formulação de problematizações mais complexas e à produção de leituras críticas cada vez mais qualificadas acerca da realidade das mulheres brasileiras. Tal compreensão decorre do reconhecimento de que a condição socioeconômica feminina, atravessada por desigualdades históricas, estruturais e multidimensionais, não pode ser apreendida de modo exauriente em uma única incursão investigativa, exigindo continuidade analítica, ampliação empírica, refinamento teórico-metodológico e permanente abertura ao aprofundamento crítico.

7

Nessa perspectiva, o presente artigo não se configura como síntese definitiva, mas como contribuição científica, crítica e socialmente comprometida para o fortalecimento de um campo investigativo que requer interlocução permanente entre academia, políticas públicas e sociedade, em prol da produção de conhecimentos aptos a desvelar, problematizar e tensionar as estruturas históricas, sociais e institucionais que reproduzem e legitimam a desigualdade de gênero no Brasil contemporâneo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo demanda um referencial teórico capaz de apreender as desigualdades de gênero como fenômenos histórica, social e institucionalmente produzidos. Nessa direção, a noção de gênero, conforme formulada por Joan Wallach Scott (1995), em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, constitui aporte incontornável, pois permite compreender que as diferenças entre homens e

mulheres não são meramente biológicas ou naturais, mas construções históricas que organizam relações de poder, distribuem lugares sociais e legitimam hierarquias.

A contribuição de Scott (1995), é particularmente relevante para este estudo porque oferece base conceitual para interpretar o RASEAM 2025, não apenas como um conjunto de indicadores estatísticos, mas como expressão de relações sociais marcadas por assimetrias estruturais. Ao reunir trezentos e vinte e oito indicadores, distribuídos em sete eixos temáticos, o relatório explicita que a desigualdade de gênero atravessa dimensões centrais da vida social, como trabalho, educação, saúde, violência, participação política e acesso a espaços de poder e decisão, confirmando a pertinência de uma leitura analítica que reconheça o gênero como categoria estruturante da realidade social.

No campo da educação, as contribuições de Guacira Lopes Louro são fundamentais para compreender como gênero e sexualidade são pedagogicamente produzidos e reiterados no interior das instituições sociais. Em “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista”, (Louro, 1997), a autora demonstra que a escola não é espaço neutro, mas instância de produção de subjetividades, normatividades e processos de diferenciação, nos quais identidades de gênero e sexualidade são ensinadas, reguladas e silenciadas. Em “Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas”, (Louro, 2008), essa discussão é aprofundada ao evidenciar que as pedagogias de gênero e sexualidade operam de forma difusa, em múltiplas instâncias sociais, ultrapassando os limites formais da escola.

Já em “Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade (Louro, 2011)”, a pesquisadora desloca o debate para a formação docente, ressaltando que a atuação educacional comprometida com diversidade e direitos exige problematizar normas de gênero naturalizadas no cotidiano escolar. Tais formulações dialogam diretamente com o eixo “educação para a igualdade e cidadania”, do RASEAM 2025, pois permitem compreender que os indicadores educacionais presentes no relatório não podem ser lidos de forma restrita ao acesso ou à permanência escolar, mas devem ser interpretados também à luz dos processos simbólicos, culturais e institucionais que moldam as oportunidades, os pertencimentos e as desigualdades vividas pelas mulheres.

Essa perspectiva é complementada pelas reflexões de Maria Rita de Assis César (2010), em “Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos”, obra que contribui para compreender gênero e sexualidade como categorias centrais à análise dos processos educativos contemporâneos. Ao examinar os modos pelos quais a sexualidade se torna objeto de regulação,

saber e intervenção pedagógica, César mostra que a educação participa ativamente da constituição de sujeitos e da organização de normas sociais. Logo, a abordagem em tela, é particularmente importante para o presente estudo porque amplia a leitura do RASEAM 2025, ao demonstrar que a condição socioeconômica das mulheres não se explica apenas por variáveis econômicas ou institucionais, mas também por processos de normatização e disciplinamento que atravessam corpos, comportamentos e expectativas sociais. Assim, os dados do relatório devem ser lidos em articulação com uma compreensão mais ampla dos mecanismos de produção da desigualdade, nos quais educação e cultura desempenham papel decisivo.

No mesmo horizonte, a contribuição de Jane Felipe (2007), em “Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas”, é central para sustentar teoricamente a articulação entre produção acadêmica, pesquisa educacional e intervenção pública. Ao refletir sobre as possibilidades e os limites das investigações em gênero e sexualidade no campo educacional, Felipe evidencia que a produção do conhecimento não é neutra nem desinteressada, mas possui implicações diretas na formulação de políticas públicas e na consolidação de agendas de reconhecimento e proteção de direitos.

Nesse ponto de vista, essa formulação mantém relação imediata com o RASEAM 2025, uma vez que o próprio relatório foi concebido como instrumento de subsídio à formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas às mulheres. Desse modo, a leitura do documento, neste artigo, não se restringe ao plano descritivo, mas se inscreve em um movimento mais amplo de produção de conhecimento comprometido com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades de gênero.

A interlocução com Michel Foucault também se revela fecunda para este estudo, sobretudo a partir de “História da sexualidade I: a vontade de saber”, (Foucault, 1976). Nessa obra, Foucault demonstra que a sexualidade não deve ser compreendida apenas como esfera privada ou natural, mas como campo historicamente produzido por discursos, saberes e dispositivos de poder. Tal perspectiva permite deslocar a análise da desigualdade de gênero para além da simples verificação empírica das disparidades, possibilitando compreender como os próprios corpos, papéis sociais e identidades são constituídos por regimes discursivos e mecanismos de normalização.

Outrossim, essa chave de leitura é relevante para a análise do RASEAM 2025, pois permite entender que os indicadores ali sistematizados não representam apenas desigualdades

quantitativas, mas expressam efeitos de estruturas sociais e institucionais que classificam, normatizam e hierarquizam pessoas. Em outros termos, a leitura foucaultiana reforça a compreensão de que a desigualdade de gênero não é mero desajuste circunstancial da vida social, mas componente de uma racionalidade histórica que organiza poder, saber e controle sobre os corpos e sobre a vida.

A partir desse diálogo teórico, torna-se possível compreender que a desigualdade de gênero possui caráter estrutural, multidimensional e relacional. O RASEAM 2025, confirma empiricamente essa constatação ao organizar seus dados em eixos que articulam autonomia econômica, educação, saúde integral, enfrentamento da violência, participação política e produção simbólica. Essa arquitetura analítica converge com a literatura crítica, que insiste na impossibilidade de tratar separadamente temas como trabalho, cidadania, violência e educação, uma vez que todos se entrelaçam na conformação da experiência social das mulheres.

A situação socioeconômica feminina, portanto, não pode ser reduzida a um único indicador ou a um único domínio da vida social, ela deve ser apreendida como síntese de processos históricos de exclusão, distribuição desigual de recursos, desvalorização de atividades feminilizadas, limitação do acesso ao poder e persistência de dispositivos culturais e institucionais de subordinação.

10

Nessa mesma direção, o debate internacional promovido pela ONU Mulheres (2026), reforça a compreensão de que a igualdade de gênero não constitui apenas meta setorial, mas condição necessária à justiça social, à democracia e ao desenvolvimento sustentável. A ONU Mulheres se apresenta como a entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas, reafirmando a centralidade dessa agenda no plano global. De modo convergente, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5, 2015; 2026), estabelece a meta de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, vinculando a superação das desigualdades à eliminação da discriminação, da violência, das barreiras econômicas e da sub-representação política.

Logo, essa moldura normativa e política, dialoga diretamente com o RASEAM 2025, que explicita a igualdade entre mulheres e homens como valor e objetivo necessário à consolidação da democracia e ao desenvolvimento econômico e social sustentável. Em consequência, o relatório pode ser interpretado como mediação entre compromissos internacionais, marcos institucionais nacionais e a realidade concreta das mulheres brasileiras, oferecendo subsídios

empíricos para examinar em que medida tais compromissos se materializam, ou não, no contexto nacional.

Sob o ponto de vista epistemológico, essa articulação entre teoria crítica, estatísticas de gênero e compromissos normativos internacionais é especialmente relevante porque evita dois reducionismos frequentes na literatura, de um lado, a abstração excessiva, que debate gênero apenas em chave conceitual, sem ancoragem empírica, de outro, a leitura estritamente descritiva dos dados, incapaz de problematizar os mecanismos que os produzem.

O presente estudo se situa precisamente entre esses dois polos. Ao mobilizar Joan Wallach Scott (1995), Guacira Lopes Louro (1997, 2008, 2011), Maria Rita de Assis César (2010), Jane Felipe (2007) e Michel Foucault (1976), busca-se construir um referencial que permita interpretar criticamente os dados do RASEAM 2025, situando-os no interior de processos mais amplos de produção da desigualdade. Assim, o relatório deixa de ser mero repertório informacional e passa a ser compreendido como documento estratégico para a análise da condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo, precisamente porque torna visíveis as expressões objetivas de desigualdades cuja gênese e reprodução são explicadas pela literatura crítica aqui mobilizada.

Nesse contexto, o referencial teórico que sustenta o presente artigo assenta-se na compreensão de que o gênero constitui categoria analítica indispensável à leitura crítica da realidade social, porquanto possibilita apreender os processos históricos, culturais, políticos e institucionais por meio dos quais se engendram, se legitimam e se reproduzem desigualdades entre mulheres e homens. De igual modo, parte-se do entendimento de que a educação, concebida como prática social, política e cultural, pode desempenhar papel estratégico na promoção de transformações sociais, ao favorecer a formação da consciência crítica, o fortalecimento da cidadania e a construção de condições de existência mais dignas, equitativas e sustentáveis para mulheres e meninas.

Soma-se, ainda, a premissa de que o conhecimento científico, longe de se restringir a um exercício autorreferente ou dissociado das urgências sociais, deve manter interlocução crítica e permanente com a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas, especialmente quando incide sobre problemáticas de elevada densidade ética, social e política. Nessa mesma direção, compreende-se que a produção de indicadores, quando submetida a uma leitura teoricamente orientada e metodologicamente rigorosa, ultrapassa a função meramente descritiva, convertendo-se em instrumento decisivo para a visibilização das assimetrias, para o

adensamento dos diagnósticos sociais e para o fortalecimento de respostas institucionais mais consistentes, qualificadas e comprometidas com a transformação da realidade.

É precisamente nesse quadro que o RASEAM 2025, adquire centralidade singular, pois, mais do que reunir evidências sobre a condição das mulheres no Brasil, oferece base empírica qualificada para a articulação entre teoria, análise crítica e compromisso social, constituindo-se em suporte privilegiado para uma interpretação densa, situada e epistemologicamente consistente da realidade brasileira contemporânea, bem como, para impulsionar transformações sociais e fortalecer a otimização de políticas públicas orientadas à promoção e à efetivação dos direitos humanos de mulheres e meninas.

METODOLOGIA

A presente investigação insere-se no campo das pesquisas qualitativas, assumindo caráter bibliográfico e documental, com orientação analítico-interpretativa, por compreender que a complexidade da condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo não pode ser adequadamente apreendida por procedimentos meramente descritivos ou por abordagens restritas à mensuração isolada de indicadores. A opção pela abordagem qualitativa decorre da necessidade de interpretar criticamente os dados à luz de referenciais teóricos capazes de evidenciar os processos históricos, sociais, culturais, políticos e institucionais que produzem, legitimam e reproduzem desigualdades de gênero.

12

Nessa direção, o estudo parte do pressuposto de que os fenômenos sociais relacionados à vida das mulheres demandam leitura densa, situada e teoricamente orientada, especialmente quando se pretende compreender a articulação entre direitos humanos, educação, cidadania, políticas públicas e condições concretas de existência. Assim, mais do que inventariar informações, a pesquisa busca problematizar os sentidos e as implicações dos dados, convertendo-os em suporte para uma análise crítica da realidade brasileira.

No plano procedimental, o estudo tomou como corpus central de análise o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025, publicação oficial elaborada pelo Ministério das Mulheres, selecionada em razão de sua abrangência temática, densidade informacional e relevância institucional para o diagnóstico da realidade das mulheres no Brasil. A análise documental concentrou-se na leitura sistemática e integral do relatório, considerando seus eixos estruturantes, seus indicadores, suas categorias organizadoras e as relações estabelecidas entre diferentes dimensões da vida social feminina, com especial atenção às

questões relativas à autonomia econômica, à educação, à saúde, ao enfrentamento da violência, à participação em espaços de poder e decisão e às assimetrias persistentes que atravessam a experiência social das mulheres.

Paralelamente, a pesquisa bibliográfica foi mobilizada como fundamento indispensável à interpretação do documento, por meio do diálogo com autoras e autores do campo dos estudos de gênero, da educação, da sexualidade, dos direitos humanos e das políticas públicas, de modo a assegurar consistência teórica ao tratamento analítico do material examinado.

No que concerne ao tratamento do corpus, a metodologia consistiu em uma leitura crítica, seletiva e interpretativa do RASEAM 2025, orientada pela identificação de categorias, recorrências, tensões, evidências e contradições relevantes para a compreensão da condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo. O percurso analítico voltou-se, portanto, não apenas à extração de dados, mas à apreensão de seus significados no interior de processos mais amplos de desigualdade estrutural, subalternização histórica e limitação da cidadania feminina. Nessa perspectiva, os indicadores presentes no relatório foram compreendidos como expressões objetivas de realidades socialmente produzidas, cuja interpretação exige articulação entre empiria, teoria e compromisso crítico.

Desse modo, a metodologia adotada permitiu tratar o RASEAM 2025, não como simples

13

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam, em primeiro plano, que a condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo permanece marcada por desigualdades estruturais no acesso ao trabalho, à renda e às oportunidades de inserção produtiva. O RASEAM 2025 demonstra que, no segundo trimestre de 2024, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho foi de 52,6%, enquanto a dos homens alcançou 72,3%, revelando diferença expressiva na inserção econômica entre os sexos. No mesmo período, o rendimento médio mensal real do trabalho principal foi de R\$ 2.696,00 para as mulheres, frente a R\$ 3.424,00 para os homens, o que confirma a persistência de assimetrias remuneratórias mesmo em contextos de participação laboral ampliada.

Esses dados permitem afirmar que a desigualdade de gênero, no plano socioeconômico, não se restringe ao acesso ao mercado de trabalho, mas se projeta também sobre a qualidade da inserção ocupacional, sobre a remuneração e sobre as condições concretas de autonomia econômica, reafirmando uma divisão social e sexual do trabalho que segue penalizando as mulheres no interior da estrutura produtiva brasileira.

Em segundo lugar, os resultados permitem verificar que as desigualdades que incidem sobre as mulheres não se limitam à esfera econômica, mas alcançam de forma contundente os campos da proteção à vida, da segurança e da cidadania. O relatório registra que a taxa de homicídio de mulheres no Brasil, em 2023, foi de 3,5, assinalando, ainda, que as regiões Norte e Nordeste apresentam níveis mais elevados de homicídios femininos em comparação com Sul e Sudeste. Tal constatação reforça a compreensão de que a violência de gênero permanece como uma das expressões mais agudas da desigualdade estrutural, comprometendo não apenas a integridade física e psíquica das mulheres, mas também o exercício pleno de seus direitos e de sua participação social.

À luz desses achados, a leitura do RASEAM 2025, permite sustentar que a condição socioeconômica feminina deve ser analisada em perspectiva ampliada, uma vez que renda, trabalho, segurança e dignidade não constituem esferas dissociadas, mas dimensões interdependentes de uma cidadania, frequentemente, precarizada para as mulheres.

14

Ademais, os dados reunidos no RASEAM 2025, demonstram que a desigualdade de gênero também se reproduz de maneira significativa nos espaços de representação e poder político. Nas eleições municipais de 2024, as mulheres corresponderam a apenas 17,9% do total de pessoas eleitas no país, sendo 13,2%, entre as prefeituras, 19,3%, entre as vice-prefeituras e 18,2%, entre as vereanças. Além disso, a proporção de mulheres eleitas no total de candidatas foi de 7,8%, ao passo que, entre os homens, esse percentual atingiu 18,6%, revelando não apenas sub-representação, mas também desigualdade nas condições de competitividade eleitoral.

Esses resultados indicam que, embora haja ampliação formal da participação feminina no processo político, persistem obstáculos estruturais à ocupação de espaços decisórios, o que enfraquece a densidade democrática e limita a incorporação efetiva das demandas das mulheres na agenda pública. Desse modo, a discussão dos resultados permite concluir que o RASEAM 2025, não apenas retrata desigualdades dispersas, mas evidencia um padrão articulado de exclusão e assimetria que atravessa trabalho, proteção social e representação política, exigindo respostas institucionais mais integradas e consistentes.

CONCLUSÃO

A análise empreendida ao longo deste estudo permitiu compreender que a condição socioeconômica das mulheres no Brasil contemporâneo, tal como retratada pelo RASEAM 2025, permanece profundamente atravessada por desigualdades estruturais que se manifestam de forma articulada nas esferas do trabalho, da renda, da proteção à vida, da participação política e do acesso a direitos.

Longe de expressarem fenômenos isolados ou conjunturais, os dados do relatório evidenciam a persistência de assimetrias historicamente produzidas e socialmente legitimadas, que limitam a autonomia econômica, fragilizam a cidadania e restringem a efetivação da igualdade de gênero. Nesse sentido, o estudo confirma a pertinência de tomar o RASEAM 2025, não apenas como fonte de informações estatísticas, mas como documento estratégico para a interpretação crítica da realidade brasileira, uma vez que seus indicadores tornam visíveis processos mais amplos de subalternização, exclusão e distribuição desigual de oportunidades, reconhecimento e poder.

À luz do referencial teórico mobilizado, conclui-se, ainda, que a desigualdade de gênero não pode ser adequadamente compreendida sem a articulação entre empiria, teoria e compromisso social. O exame do relatório demonstrou que os indicadores ali sistematizados adquirem maior densidade analítica quando interpretados a partir de categorias como gênero, cidadania, educação, direitos humanos e políticas públicas, permitindo deslocar a análise da mera descrição de disparidades para a problematização crítica das estruturas que as produzem e reproduzem.

Nessa direção, o estudo evidenciou que a produção de conhecimento científico, sobretudo quando vinculada a uma abordagem qualitativa e documental, pode contribuir de modo significativo para o fortalecimento do debate acadêmico e para a qualificação de respostas institucionais mais consistentes, ao oferecer diagnósticos teoricamente orientados e socialmente implicados. Assim, a pesquisa reafirma a necessidade de que a leitura da realidade das mulheres brasileiras seja continuamente aprofundada, de modo a subsidiar práticas, políticas e processos formativos comprometidos com a dignidade humana, a justiça social e a superação das desigualdades.

Outrossim, importa destacar que o presente estudo não se encerra em si mesmo, nem pretende exaurir a complexidade do objeto investigado. Ao contrário, sua contribuição reside também em abrir possibilidades para novas agendas de pesquisa, novas problematizações e

novos percursos analíticos sobre a condição das mulheres no Brasil, reconhecendo que a densidade e a multidimensionalidade do tema exigem continuidade investigativa, ampliação empírica e permanente aprofundamento crítico.

Nessa perspectiva, o RASEAM 2025, mostra-se particularmente relevante não apenas para a academia, mas também para a sociedade e para a gestão pública, por oferecer subsídios qualificados à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas orientadas à promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas. Desse modo, conclui-se que refletir criticamente sobre os dados do relatório significa, ao mesmo tempo, produzir conhecimento acadêmico socialmente referenciado e fortalecer a construção de respostas coletivas mais justas, democráticas e comprometidas com a transformação da realidade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos que se seguem expressam o reconhecimento institucional e acadêmico pelo apoio recebido à realização desta pesquisa pós-doutoral. Nessa perspectiva, Loide Andréa Salache, na condição de pós-doutoranda, manifesta seu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte institucional e pelo fomento que viabilizaram o desenvolvimento e o aprofundamento do estudo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (Pdpg) – Pós-Doutorado Estratégico, vinculado à referida Coordenação. Registra, igualmente, seu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (Ppge Unicentro), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em especial à Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Diversidade, pelo acolhimento acadêmico, pelo suporte formativo e pelas condições oferecidas à realização da investigação. Expressa, ainda, agradecimento especial à Professora Dr.^a Poliana Fabíula Cardozo, pela supervisão atenta, pelas valiosas contribuições teórico-metodológicas e pela disponibilidade contínua e criteriosa ao longo de todo o percurso investigativo.

16

REFERÊNCIAS

CÉSAR, M. R. A. **Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos.** *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18684>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FELIPE, J. **Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação:** possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pró-Posições*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643546>. Acesso em: 13 jan. 2026.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LOURO, G. L. **Educação e docência:** diversidade, gênero e sexualidade. *Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/31>. Acesso em: 10 jan. 2026.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade:** pedagogias contemporâneas. *Pró-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. 10 jan. 2026.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025*. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2026.

ONU MULHERES BRASIL. *ONU Mulheres Brasil*. Brasília, 2026. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026. 17

ONU. Organização das Nações Unidas. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: igualdade de gênero*. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2026. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 10 jan. 2026.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S. l.]: Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 10 jan. 2026.